

**O LUGAR DOS POVOS INDÍGENAS E A HISTÓRIA
OFICIAL DO PARÁ NOS LIVROS DIDÁTICOS NO
INÍCIO DO SÉCULO XX (1900-1910)**

**THE POSITION OF THE INDIGENOUS PEOPLES, AND THE
OFFICIAL HISTORY OF THE STATE OF PARÁ IN THE TEXT
BOOKS AT THE BEGINNING OF THE TWENTIETH CENTURY
(1900-1910)**

Vinícius Machado Ferreira¹

Geraldo Magella de Menezes Neto²

¹ Graduando de Licenciatura em História (FIBRA)

² Professor Mestre de História (SEMEC/SEDUC); Doutorando em História Social da Amazônia (UFPA).

Resumo: O presente artigo busca discutir o lugar e o papel dos indígenas nas narrativas dos livros didáticos produzidos no Estado do Pará no início do século XX. A partir de fontes como os livros *Apostilas de História do Pará*, de Theodoro Braga, e *Pontos de História do Pará*, de Arthur Vianna, problematiza-se a construção de uma história regional paraense sob a influência do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP) que intencionava ressaltar as contribuições e o protagonismo europeu na história do Pará, deixando os indígenas num segundo plano, ocultando suas lutas e resistências no processo de colonização.

Palavras-chave: História do Pará; Indígenas; Livros didáticos; República

Abstract: The present paper seeks to discuss the place and role of indigenous peoples in the narratives of the textbooks produced in the State of Pará, at the beginning of the 20th. From sources such as books, *Apostilas de História do Pará*, Theodoro Braga, and *Pontos de História do Pará*, Arthur Vianna, discusses the construction of Pará history of the region under the influence of the Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), which intended to highlight the contributions of the leading role in the European history of the state of Pará leaving the Indians in the background, hiding their struggles and resistance in the colonization process.

Key words: The History of the state of Pará; Indigenous peoples; Textbooks; Republic

1 Apresentação

Para este dossiê que pretende divulgar a temática indígena em diversos contextos temporais, a nossa preocupação se concentra em evidenciar e dispor considerações decoloniais a respeito de manuais didáticos paraenses do início do século XX que narraram a presença dos povos indígenas na História do Pará. Intelectuais paraenses como Arthur Vianna e Theodoro Braga foram alguns dos responsáveis por essa narrativa produzida no início daquele século dentro do espaço amazônico e que vamos discorrer posteriormente sobre a trajetória desses autores para compreendermos melhor seus escritos.

Conceituando o objeto da pesquisa “manual didático”, consideramos o que Choppin conclui: “como todo objeto de pesquisa, o livro escolar não é um dado, mas o resultado de uma construção intelectual: não pode então ter uma definição única”,

sendo necessário “explicitar os critérios que presidem esta elaboração conceitual.” (CHOPPIN, 2009, p. 74). Circe Bittencourt aponta que o livro didático é um objeto de “múltiplas facetas” e possui uma natureza complexa, sendo “antes de tudo, uma mercadoria, um produto do mundo da edição que obedece à evolução das técnicas de fabricação e comercialização pertencentes à lógica do mercado” (BITTENCOURT, 2013, p. 71). É também um “depositário dos conteúdos escolares, suporte básico e sistematizador privilegiado dos conteúdos elencados pelas propostas curriculares”, além de ser um importante “veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura.” (BITTENCOURT, 2013, p. 72).

Sabendo que a História, sobretudo a historiografia não é isenta em seu papel, trazemos como foco da presente reflexão a fala de um indígena denunciando essa escrita da História, Ailton Krenak (2012, p.124) que dispõe: “Ora, a História não é essa repetição sem graça dos eventos. A História está mais perto de ser um ‘carro alegre que atropela indiferente todo mundo que a negue do que uma repetição de padrões”. Esta fala de Krenak ressalta que a História foi violenta aos povos originários brasileiros.

Assim, existe a grande necessidade de esclarecermos sobre aqueles autores não indígenas citados anteriormente, renomados na historiografia paraense e que trataram da temática indígena em seus manuais didáticos, observando o olhar que esses imprimiram sobre aquelas populações amazônicas, considerando o contexto dos autores que escreveram, assim como suas motivações políticas. Os sujeitos que produzem as narrativas didáticas que tecem o pensar e a cultura histórica dos sujeitos da Amazônia e do Brasil, assim como a escrita da “história regional” está intrinsecamente ligada aos processos, ações e estruturas que regem os projetos políticos para a educação, desmistificando a ideia de que a História oficial “Nacional” é diferente da História construída no âmbito local.

Para tanto, é preciso entender o contexto nacional e local paraense em que viveram Theodoro Braga e Arthur Vianna. Magda Ricci (2014, p. 16) nos ajuda a

entender esse momento, dispendo que no Brasil até os anos 1930 a preocupação urgente era criar obras didáticas para instruir alunos nas escolas primárias e moralizar e construir um novo povo brasileiro. No contexto local paraense, Cardoso e Rocha (2014, p. 2299) escrevem que a entrada de temas nacionais nos livros escolares brasileiros, próprio do advento do regime republicano, intensifica sua missão pedagógica nacionalista com a obrigatoriedade do ensino primário, divulgando e criando a imagem de um país grande e moderno.

Nossa metodologia de pesquisa foi analisar as representações sobre indígenas que estão presentes nas palavras de Viana e Braga nos manuais “Pontos de História do Pará” e “Apostillas de História do Pará” respectivamente, as duas obras produzidas no início do século XX, contexto de criação de uma memória republicana paraense, procurando identificar qual o lugar dos indígenas paraenses nessa nova memória. Pensando o contexto político e os sujeitos históricos que pensaram essa memória.

Diante disso, devemos considerar que a escrita daqueles autores do início do século XX não era uma escrita distante da realidade, mas uma escrita republicana que se fazia presente em um Pará Republicano, e esse fator é fundamental para entendermos as imagens construídas sobre os personagens desse contexto, nesse caso, os sujeitos indígenas amazônicos. E nesse momento devemos investigar a importância do papel que o IHGP (Instituto Histórico e Geográfico do Pará) teve com o objetivo de firmar as bases de um pensamento republicano para alcançar a sociedade através de manuais didáticos e da própria imprensa, em um processo de ruptura com o Regime Imperial que deixara seus traços na forma de pensar o Pará. Mas antes desse Instituto paraense, é necessário entendermos o “Guardião da História Oficial”, o IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) criado no século XIX com a finalidade de criar uma identidade nacional, que serviu de modelo para os demais institutos regionais que surgiram no século XX.

2 O IHGB e as bases para uma escrita da História paraense

Os IHGs criam discursos regionais onde os fatos e vultos dessa História local estavam intimamente associados à História nacional. (CARDOSO; ROCHA, 2014, p. 2286)

Foi nesse sentido que a História paraense teceu suas bases de pensamento, se espelhando no projeto nacional de construir uma nova nação, e para isso o IHGP e seus intelectuais se utilizaram de discursos republicanos consolidados no início do século XX. O grande desafio seria como construir dos espaços de Letras a outros canais como escola e imprensa uma nova sociedade: os cidadãos republicanos. E como todo processo de ruptura novos símbolos surgiram, novos personagens foram classificados como heróis, outros à margem desse cenário, e aos indígenas sobraram essa classificação mais submissa e passiva do projeto de nação.

Neste presente texto, sempre evidenciaremos o olhar dos indígenas. Ailton Krenak é nossa principal referência, pois expõe o sentimento de insatisfação e indignação de como foi que os historiadores responsáveis por essa História trataram as populações indígenas nas narrativas construídas até os dias de hoje:

(...) a História tem dinâmica, que a História é uma entidade poderosa que arregimenta os episódios, que mistura isso tudo numa grande panela ou num caldeirão e cospe isso tudo depois na cara de todo mundo, explodindo na forma de um tsunami, de terremoto, de maremoto, de catástrofes, de desgraça, mas também de transformação de mudança na vida das pessoas, não só em sua percepção de indivíduos, mas em coletivos. (KRENAK, 2012, p. 119)

Diante disso, como apontamos que a História construída no âmbito local paraense foi reflexo de um projeto dito “nacional”, vamos entender esse projeto de nação já pensado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) fundado em 1838. E quem nos ajuda a entender melhor esse início é Lilia Schwarcz (1993, p. 136) ao dispor que esse Instituto tinha como função a consagração da elite local e de uma

História basicamente regional. Essa elite citada fora a grande elite do Rio de Janeiro naquele período, composta desde políticos a proprietários de terra. Segundo a mesma autora Schwarcz (1993), aqueles que se inseriam no Instituto por méritos acadêmicos faziam parte da menor parcela de membros do IHGB, e esse espaço servia ou de promoção pessoal ou para consagração intelectual (SCHWARCZ, 1993, p. 136).

Assim, cabe citar alguns protagonistas deste Instituto Nacional, o primeiro exposto aqui é Conêgo Januário da Cunha Barboza, que foi o secretário inaugural do IHGB, e segundo Schwarcz (1993) era Poeta, orador sacro e biografista, fundando a primeira Revista do Instituto. O que devemos considerar como fundamental foi que este membro da instituição buscou se basear nas produções que estavam em circulação na Europa, dentro do contexto oitocentista da intelectualidade, em que o evolucionismo social estava presente intensivamente nessas produções. Outro componente deste instituto indispensável nesta abordagem e que serve de base para entendermos todo esse projeto de construir uma “identidade nacional” se chama Francisco Adolfo de Varnhagen, responsável pela investigação histórica do Instituto ainda no Império. Segundo a autora Lilia Schwarcz, aquele intelectual:

Aceitava como lícita a escravidão, acreditando não existir outro recurso “para não estarmos a espera que eles – os índios –queiram civilizar-se do que o de declarar guerra aos que não resolvam a submeter-se e ocupar pela força essas terras pingues que estão roubando a civilização” (RIHGB, 1850 apud SCHWARCZ, 1993, p. 139)

Varnhagen como podemos identificar na citação acima, era a favor da escravidão dos negros e da “civilização” dos índios, isso deixa claro o projeto excludente dirigido por brancos do Instituto Histórico que pensaram para o Brasil. Esses “índios” tratados como generalizados são inseridos no projeto de construção identitária de nação que atenderiam aos interesses da elite latifundiária carioca, por isso, o discurso de uma “História Nacional” fora desta forma à medida em que essa

elite do Rio de Janeiro se mantinha no poder. Por isso é preciso repensarmos o termo de “História Nacional” que foi criado a partir de interesses de grupos específicos de um local específico que compunha uma região, naquele caso o eixo sudeste brasileiro, em que as elites do Rio de Janeiro e São Paulo disputavam o maior protagonismo em ser a sede política e econômica do Brasil oitocentista. O historiador que nos ajuda a refletir sobre essa contradição de regionalismo é Durval Muniz de Albuquerque Júnior, que explica:

Os regionalismos fazem parte dos inúmeros dispositivos inventados pelo mundo moderno para dividir, classificar e hierarquizar os homens, para melhor governá-los, explorá-los e dominá-los. A região é uma de inúmeras formas de aprisionamento às quais a sociedade burguesa deu origem. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p. 67)

Posta essa questão do regionalismo, em que o eixo sudeste submeteu as demais regiões brasileiras a sua forma de pensar o Brasil, refletimos este projeto dos brancos intelectuais para as populações indígenas, que discutiam “civilizar os selvagens”, e essa civilidade para o pensamento oitocentista significava modificar esse índio culturalmente integrando-o a nação. Segundo o autor Manoel Guimarães:

Para os círculos intelectuais, ocupar-se deste tema ganhava sentido exatamente no momento em que a tarefa de construção da Nação colocava-se como prioritária, envolvendo o processo de integração física do território e a discussão relativa às origens da Nação. Significava pensar o lugar as populações indígenas no projeto em construção, definindo um saber sobre estes grupos, para ser tornado memória, a fixar e transmitir. (GUIMARÃES, 1988, p. 20)

Quanto mais este nativo se afastasse de sua cultura, mais próximo estaria do projeto de nação, dessa forma, precisaria o índio ser tutelado pelo Estado para que garantisse seu título de “brasileiro”. Assim, podemos observar então que a cultura indígena representava sobretudo atraso a este “projeto civilizador”. Adolfo Varnhagen ao escrever “Dos índios do Brasil em geral” deixa bem claro essa concepção da época, pois representava os indígenas como “A infância da

humanidade na ordem moral, como individuo na ordem physica, e sempre acompanhada de pequenez e de misérias” (VARNHAGEN, 1877, p.23).

Portanto, o que foi levantado mostra o papel marginalizado que os indígenas foram apresentados na História Oficial do Brasil no contexto do século XIX, e esta concepção serviu de base para os seguintes IHGs do século XX, compondo um projeto claro de submissão para os povos originários ao se integrarem a Nação, naquele caso o Brasil Imperial. E no sentido de confrontar essa visão, atentamos para o que Ailton Krenak escreve ao falar sobre essa condição que foi posta aos povos indígenas na História do Brasil:

Por uma escolha? Não! Pelo próprio processo histórico. O lugar em que nós ficamos na História é o lugar de tocaia da História. Nós não somos vultos da história. É por isso que eu acho difícil falar de uma “História dos Índios no Brasil”, porque você pode contar uma história indígena. Porque tem uma história dos krenak, dos xavantes, dos guaranis, etc., de dentro da memória viva desses povos cada um deles é capaz de reportar, a sua trajetória, desde a chegada dos brancos na praia até os dias de hoje. (KRENAK, 2012, p. 125)

Então, diante do que Krenak escreve, devemos atentar também para essa forma de classificar os povos originários como “índio”. A perspectiva dos intelectuais brancos do século XIX tenta classificar os povos originários como um só, além de desvirtuar todo o protagonismo de sua História. Varnhagen e todos os responsáveis por essa escrita oficial da História do Brasil, descaracterizaram os povos indígenas em sua participação que eles mesmos possuem sobre suas próprias realidades.

A seguir, discutiremos o surgimento do Instituto Histórico do Pará e seu projeto de História Oficial que ajudou a construir o pensar republicano nas escolas e na imprensa, inseridas no cotidiano da sociedade paraense do início do século XX.

3 O IHGP e sua contribuição para uma História republicana

Sabendo que o IHGB apontado acima esteve preocupado em construir uma História Oficial do Brasil, responsável por ser o “Guardião da Memória Nacional” e

de sua identidade, agora, cabe a pergunta “Qual o lugar das outras regiões nesse projeto além do eixo sudeste?”. Para nos inserirmos melhor nessa discussão, Wanessa Cardoso (2013, p. 54) cita em sua dissertação que existia no início do século XX discursos regionalistas que sustentavam a ideia de uma possível homogeneidade cultural e nacional mantida através do reconhecimento das diversidades regionais. Esse debate portanto foi muito latente para o âmbito intelectual, pois no caso da Amazônia os autores queriam escrever uma História que fosse útil a História Oficial do Brasil (FIGUEIREDO, 2008, p. 28), visto que as elites de todas as regiões brasileiras queriam se firmar na economia de um novo regime de governo: a República.

Nesse sentido surge o Instituto Histórico e Geográfico do Pará em 1900. Após alguns períodos de paralisação de suas atividades, volta à ativa de forma mais constante em 1917. Nesse instituto, o papel era semelhante ao do IHGB, mas com a necessidade de criar uma “identidade regional”, que configurasse o interesse político e econômico das grandes elites paraenses. Então, nesse cenário como seriam representados os sujeitos sociais do Pará? Quais os personagens mais importantes para a memória dessa região?

Como uma instituição criada para construção de mitos de origem e para invenção de tradições, em uma sociedade sedenta por símbolos e heróis, o IHGP, como instituição legitimadora das ideias da elite local, será o *lugar* privilegiado de onde se fala do Pará, sua História e suas gentes, de onde a identidade nacional e amazônica seria delineada em seu aspecto físico (geográfico) e social (histórico). (CARDOSO, 2013, p. 66)

Dessa forma, devemos apontar e remeter todo o contexto do interesse em se fazer uma História Oficial do Pará novo ao Instituto que pensava um projeto republicano, diferente do IHGB. O Brasil perpassava as primeiras décadas de sua república e precisava de novos símbolos para firmar uma mentalidade republicana, visto que no Pará ainda vivia-se a “Belle Époque”, um dos momentos mais importantes para a economia da região, cujos olhos do mundo se voltavam para a

Amazônia por causa do comércio da borracha que era produzida na região. Portanto, mudanças culturais ocasionadas por esse referido momento na economia faziam parte do cotidiano dos paraenses naquela época, Ricci (2014, p. 18) cita que enquanto as ruas de Belém e Manaus se enchiam de estátuas e símbolos dos mártires e heróis da República, os livros didáticos teriam que conter imagens destes mesmos heróis. Agora, sobre a pergunta feita no início desta seção, que herói seria escolhido para representar a República? O branco? O negro? O indígena?

Imagem 1—Monumento a República em Belém do Pará



(Biblioteca IBGE. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=42475>)

Na imagem acima respondemos aquela pergunta olhando o grande símbolo da República paraense: a figura de “Marianne”, marco de uma ruptura com os monumentos patriarcais do falecido Império. Esse monumento foi inaugurado pelo governador do Pará na época Paes de Carvalho, em 1897, no centro do espaço que antes chamava-se Praça D. Pedro II e foi rebatizado de “Praça da República”. É importante atentarmos para o nome dessa praça que destaca o nome do novo regime político. Quem nos esclarece mais sobre “Marianne”, o Monumento a República, é o autor Geraldo Coelho (2002, p. 15) que dispõe “A quase imemorável figura feminina,

síntese de todas as virtudes reunidas na mãe, e à qual os franceses confiaram o que de melhor acompanhou o coração republicano na França...”.

Portanto percebemos que os indígenas mais uma vez não foram escolhidos para serem representantes da identidade de um povo, e que ainda fazem parte e que se constituem originários amazônicos. Ao Pará Republicano do final do XIX e início do século XX interessava rememorar a relação com a Europa, o símbolo que melhor representava o seu povo é o mesmo que lembrava o de um regime político imaginado, construído, enraizados pelos intelectuais do Instituto Histórico do Pará através de manuais didáticos e da imprensa oficial, cujo detalhamento será feito a seguir.

Para mais, em muitos pontos o IHGP se assemelhava ao Instituto Nacional, enquanto a sua distribuição de membros, sua revista e o mais importante: construir a partir do âmbito intelectual uma identidade para o povo paraense. Segundo Wanessa Cardoso (2013, p. 59) a estrutura organizacional do Instituto paraense era composta por fundadores, efetivos, honorários e beneméritos. Esses efetivos foram aqueles comprometidos com a pesquisa e a produção histórica, geográfica, antropológica do Instituto que imprimia o caráter desse espaço um lugar de ciência. Esse rótulo científico possibilitava o diálogo através da divulgação com outros institutos regionais e o IHGB.

Diante disso abrimos mais questionamentos: “Qual ciência era esta divulgada pelos intelectuais do IHGP?”; “Em que ponto difere da ciência produzida no Império?”. Portanto, o nosso foco aqui é tratar sobre como os indígenas eram representados nos textos dos intelectuais que faziam parte do instituto paraense e escreveram livros didáticos no início do século XX.

4 Os livros didáticos de História Regional no Pará no início do século XX: Arthur Vianna e Theodoro Braga

Como apontamos no tópico anterior, a importância do IHGP se constituiu em fazer uma História que quebrasse os vínculos com a memória do Império, no entanto, baseando-se em escritos feitos por intelectuais do contexto imperial. O Pará perpassava na virada do século XIX para o século XX os seus primeiros passos de uma história republicana, atravessando um momento de reconfiguração política e de um sucesso econômico proporcionado pelo comércio da borracha. Nesse momento as escolas republicanas paraenses, precisavam se alinhar a esse modelo republicano, portanto, a educação moral e cívica nas escolas primárias seria um caminho eficaz nessa reconfiguração (COSTA; MENEZES NETO, 2016).

Esse contexto proporcionava aos intelectuais paraenses como Arthur Vianna e Theodoro Braga a produção de manuais didáticos escolares que contariam a História Republicana paraense, a ser divulgada nos espaços de saber, sobretudo nas escolas primárias como apontado no parágrafo anterior. Para nos esclarecermos sobre o tratado momento, Ricci (2014, p.17) nos aponta que a “instrução pública” foi tomada como um dos mecanismos mais eficazes de disseminação dos novos ideais republicanos; e isso mostra a atuação dos intelectuais no referido momento. Segundo os autores Costa e Menezes Neto (2016, p. 75) o ensino de História daquele período estava ligado a educação moral e cívica cujos seus conteúdos apresentavam narrativas de feitos de heróis nacionais, que servira de modelo as futuras gerações.

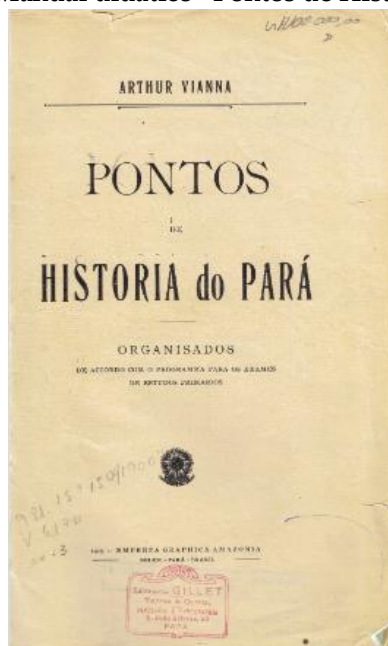
Nesse plano, vamos identificar como aqueles autores da História Republicana paraense pensavam os indígenas amazônidas, nesse processo de construção de uma nova História para os sujeitos que faziam parte desse Pará Republicano. O primeiro que aqui apresentamos é Arthur Vianna, que segundo Cardoso (2013, p.71) era professor, jornalista e historiador, por isso assumiu um posto de ofício, considerado um “homem de ciência” daquele Instituto Histórico paraense. Vianna escreveu o manual didático que iremos analisar adiante intitulado *Pontos de História do Pará*, publicado no ano de 1919 pela “Empreza Graphica Amazônia” em Belém do Pará.

Imagem 2 – Arthur Vianna.



Fonte: (Blog do Projeto Memória da Literatura. Disponível em: <http://memoriadaliteraturadopara.blogspot.com/2013/03/arthur-vianna.html>)

Imagem 3 – Manual didático “Pontos de História do Pará”.



Fonte: (Site da Fundação Cultural do Pará. Disponível em: <http://www.fcp.pa.gov.br/2016-11-24-18-22-47/pontos-de-historia-do-para>)

Costa e Menezes Neto (2016, p. 83) ao tratarem das produções literárias que eram presentes nas escolas paraenses daquele período do início do século XX, dispõem que para uma educação cívica, a promoção de um conhecimento patriótico, o conhecimento a respeito da organização política do novo regime, dos direitos e deveres do cidadão, de aspectos da História dos brasileiros, deveriam perpassar

pelos indígenas, vistos sob a ótica de incorporação da civilização. Isso nos deixa evidente que a escolha de temas que tratavam sobre os povos indígenas serviria também para Vianna como um aspecto da colonização que desvelaria uma movimentação do processo histórico onde os colonizadores dominaram os nativos de forma heróica, como podemos perceber em *Pontos de História do Pará*:

Pouco tempo duraram as relações de amizade entre os portugueses e os índios; cedo levantou-se entre eles acesso odio, de modo que o sargento-mór Botelho de Vide e o alferes Francisco de Medina derrotaram os tupinambás em Mortigura (Conde), Guamá e outros sítios pouco distantes da cidade.

Depois d'estas proezas, Antônio Cabral, sobrinho de Castello Branco, apunhalou, traiçoeiramente em plena praça pública, o capitão Alvaro Netto, militar brioso e estimado.

Como Castello Branco não quizesse castigar o criminoso por ser seu parente, sublevou-se a tropa contra elle, e o depoz do cargo que exercia.

Assim terminou o governo do primeiro capitão-mór do Pará. (VIANNA, 1919, p. 20)³

O trecho acima se encontra no 3º Ponto da daquela obra citada, o título desta parte do manual chama-se *"Fundação de Belém - Francisco Caldeira Castello Branco"*, portanto como podemos observar logo no título, o historiador Vianna se preocupou em destacar o domínio português que marca a dita "fundação de Belém" em 1616, momento em que os colonizadores se apropriaram do território e faziam uma espécie de aliança com os indígenas Tupinambás que se encontravam em território amazônico. O desfecho que essa abordagem da fundação de Belém apresenta nos escritos de Vianna como "Depois d'estas proezas" mostra muito bem o olhar do autor em engrandecer a derrota dos Tumpinambás a colonização portuguesa na Amazônia. Dessa maneira, como já apontamos em parágrafos anteriores, a educação presente na época exaltava grandes personagens: os colonizadores, em detrimento a uma certa fraqueza dos indígenas nativos que foram "derrotados".

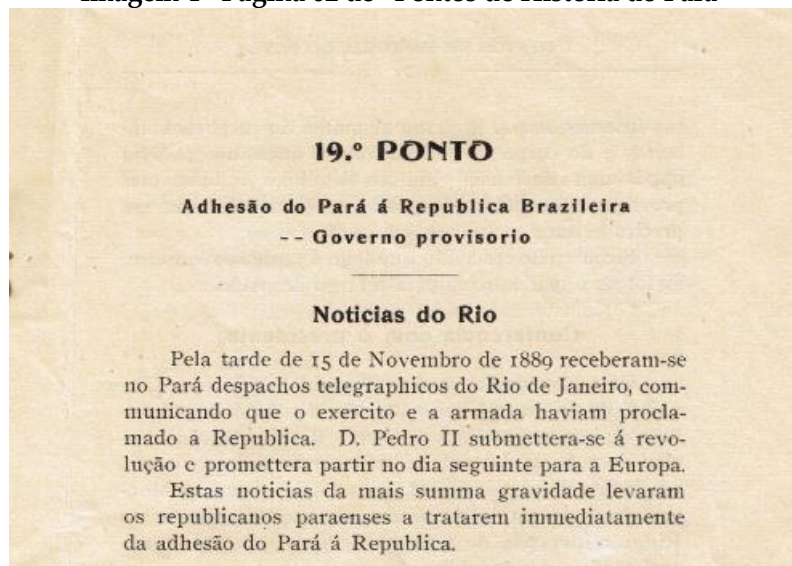
Arthur Vianna, como foi um homem de seu tempo, não deixou de corresponder aos mesmos costumes de sua época, sobretudo em sua escrita, esse

³ Optamos aqui por manter a grafia original da época.

autor paraense exalta recorrentemente os valores, os símbolos e a mentalidade republicana. Ricci (2014, p.19) nos mostra que Vianna foi um autor contratado pelo Estado, sob administração de Augusto Montenegro para dirigir o Arquivo Público do Pará em 1901, isso aponta para o perfil intelectual do autor paraense, renomado oficialmente pelo Estado e fortemente influenciado pela literatura européia, expoentemente marcada na transição do século XIX para o século XX no Brasil.

Portanto, *“Pontos de História do Pará”* foi reflexo direto de toda conjuntura intelectual republicana. Esse livro didático, segundo Sarges (Apud Ricci, 2014, p.19) narrava de forma cronológica e linear a História do Pará com o recorte entre 1500 a 1900, tratando desde o “descobrimento” das terras paraenses até o início de uma nova era, a República, deixando visível a ideia de uma linearidade histórica em direção ao progresso, com vistas a exaltar o grande evento da *“Adesão do Pará a República Brasileira”*, como podemos perceber na imagem da página abaixo:

Imagem 4 - Página 62 de “Pontos de História do Pará”



Fonte: (Fundação Cultural do Pará. Disponível em: <http://www.fcp.pa.gov.br/2016-11-24-18-22-47/pontos-de-historia-do-para>)

A circulação da notícia sobre o fim da era imperial no Brasil foi um exemplo daquela “avassaladora” ideologia republicana, acima o autor paraense retrata o evento da “Adesão” como a grande vitória das ideias republicanas, um momento

de total liberdade política alcançada. Os indígenas na República narrada por Vianna sequer aparecem escritos, o grande evento da “Adesão do Pará a República Brasileira” (VIANNA, 1919, p. 62) representa a tão esperada “civilização dos indígenas” que o Império não conseguiu alcançar, um estágio de sociedade em que os povos originários se encontram civilizados ou mortos pelo progresso dos brancos.

O segundo autor, Theodoro Braga, membro efetivo do IHGP e eleito pela Secretaria de Instrução Pública a escrever o manual da História Oficial do Pará, destacava-se também por estar comprometido sobremaneira com a construção da identidade regional paraense no início do século XX sendo pintor e historiador, mas neste texto nos interessa mais sua produção didática para circulação nas escolas.

Segundo Aldrin Figueiredo (2008, p. 30) Theodoro Braga não enxergava grandes distâncias na história produzida para crianças em relação aos adultos. Isso deixa clara a intenção do historiador do IHGP em produzir conteúdos históricos que despertassem o interesse dos dois públicos em conhecerem a História Oficial do Pará através de seus escritos republicanos.

Imagem 5 – Theodoro Braga

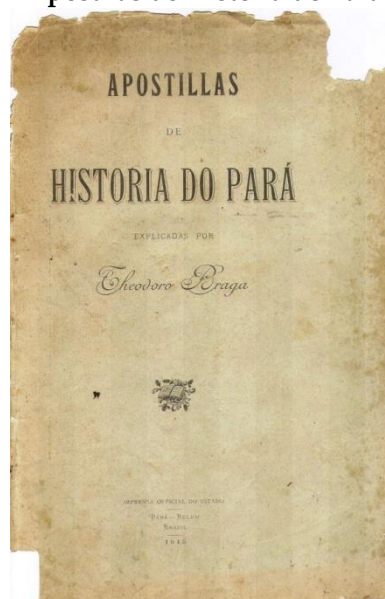


(Acervo digital – Fundaj. Disponível em:

http://digitalizacao.fundaj.gov.br/fundaj2/modules/visualizador/i/ult_frame.php?cod=2371)

Braga foi o grande responsável por tratar da questão indígena em meio a construção de uma identidade regional paraense na História oficial deste local, Aldrin Figueiredo (2008) ressalta que aquele historiador fez parte de uma virada na escrita da História – teve o papel de entender o lugar do indígena na História da civilização – o que antes desse início do século XX o indígena era preso ao passado na escrita dos autores.

Imagem 6 – Manual “Apostilas de História do Pará” de Theodoro Braga



(Site da Fundação Cultural do Pará. Disponível em: <http://www.fcp.pa.gov.br/2016-11-24-18-22-47/apostillas-de-historia-do-para>)

Nos trechos das palavras prévias que estão escritas no manual, podemos identificar claramente o papel de instruir e civilizar o público escolar paraense, despertando um sentimento patriótico pela sua nação e sobretudo de amor a sua região. Braga foi escolhido pelo Estado do Pará ao papel de ser o fundador oficial da escrita histórica republicana deste local, criando origens que fizessem o leitor de seu

manual se identificar enquanto um sujeito republicano. Abaixo, são esclarecidas essas questões nas palavras de Braga:

O Governo do Estado, que por feliz coincidência histórica está entregue nas mãos de um authentico patriota, o Sr. Dr. Enéas Martins, vae assistir ao advento do terceiro centenário da fundação de sua progressiva Capital, a Secretaria de Estado do Interior, Justiça e Instrução Pública, associando-se a numerosos outros factores commemorativos dessa data, elaborou oportunas theses, em numero de dezeseis para serem estudadas, defendidas e explicadas pela solícita corporação do seu magistério escolar. (BRAGA, 1915, p. 11).

Summarias apostilas de historia pátria regional, dedicamol-as aos corpos discente e docente das escolas publicas do Estado, com o pensamento amigo e sincero de lhes prestar útil ajuda no estudo e no ensino das questões opportunamente propostas pelo governo. (BRAGA, 1915, p. 12).

É possível percebermos que em um dos dois trechos, o autor fez suas considerações a respeito do tricentenário da fundação de Belém, evento para o qual Theodoro Braga foi convidado a fazer parte e divulgar seu trabalho solicitado pelo próprio Estado, nesse caso *Apostilas de História do Pará*. Segundo Cardoso (2013), o surto econômico da borracha esteve ligado diretamente as altas produções didáticas do início do século XX, isso mostra portanto que um manual didático que narra a História Oficial da região seria a forma mais eficiente para alinhar a população escolar a esse modelo republicano de governo. Além disso, fica ainda mais evidente o público que Braga quis alcançar quando lemos o segundo trecho, o público escolar era sua preocupação central, formando as futuras gerações nos modelos republicanos, enfatizando a importância do ensino primário.

E os indígenas? Como esse manual didático representou esses sujeitos? Essa pergunta é importante, pois, segundo Aldrin Figueiredo (2008) ao mesmo tempo que a intenção de Braga era incluir cientificamente os indígenas em seus escritos, excluía-os ideologicamente, imprimindo uma imagem em que estes eram “selvagens”. Portanto cabe a reflexão do projeto que se almejava nas narrativas de Theodoro Braga, “civilizar o público escolar”. Nesse sentido, convidamos o leitor deste artigo a

acompanhar um trecho dos escritos de Braga os quais tratam sobre a questão indígena:

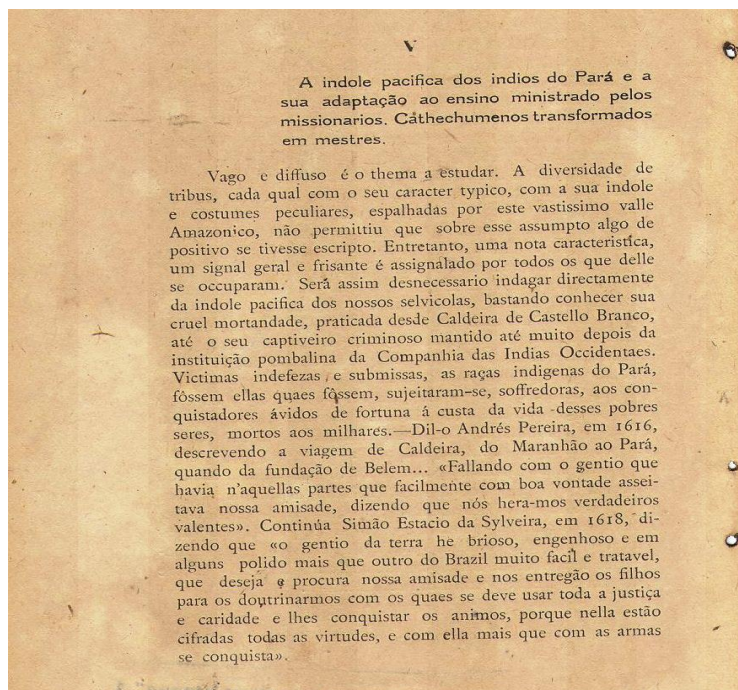
A docilidade do gentio não opunha a mais insignificante barreira a esse trabalho dos religiosos, e por isso não poucos foram aqueles que nascidos nas florestas amazônicas, recebendo de princípio os são ensinamentos, não tardassem a apaixonar-se pela realidade da vida nova... (BRAGA, 1915, p. 44)

O trecho acima se encontra no manual didático de Theodoro Braga *Apostilas de História do Pará* publicado em 1915, obra aquela solicitada pela Secretaria de Instrução Pública do Pará, um marco para a historiografia paraense, pois em seus escritos, vamos identificar não apenas temas históricos, mas palavras que esclarecem o papel de civilizar o povo paraense, que segundo Cardoso (2013) carecia de uma memória para essa recente república.

Assim, podemos perceber que os indígenas representados nos escritos de Braga são passivos a colonização, esse fenômeno é representado como um evento heroico, o tratamento que os povos indígenas receberam nessa escrita oficial republicana compreende uma inserção no processo de “civilização” do Pará durante a conquista dos Europeus.

O autor de *Apostilas de História do Pará* escreveu uma tese nessa obra exclusivamente para falar sobre a “*índole pacífica dos índios no Pará...*” que os sujeitos nativos assumiram a esse processo de dominação dos religiosos responsáveis pela catequese, ainda no período da colonização.

Imagem 7 –Trecho da tese V de Theodoro Braga em “Apostilas de História do Pará”.



(Site da Fundação Cultural do Pará. Disponível em: <http://www.fcp.pa.gov.br/2016-11-24-18-22-47/apostillas-de-historia-do-para>)

Lendo a fonte acima, percebemos que apesar de Braga reconhecer as diversidades indígenas, apontando que “Vago e difuso é o thema a estudar. A diversidade das tribus, cada qual com seu caráter typico” (BRAGA, 1915, p. 28) o olhar que este autor da escrita oficial republicana imprime sobre as populações indígenas paraenses é de um destino de “cruel mortandade” (BRAGA, 1915, p. 28), sendo inevitável a estas “indefesas raças indígenas do Pará” (BRAGA, 1915, p. 28) resistirem aos “heroicos colonizadores”. Portanto, concordamos com Aldrin Figueiredo ao percebermos uma “exclusão ideológica” (FIGUEIREDO, 2008, p.35) nos escritos de Braga sobre as populações indígenas, mas acrescentamos que essa exclusão não é simplesmente ideológica, mas uma exclusão de protagonismo dos indígenas, que é evidente pela ocultação da resistência que as populações indígenas vivenciaram e vivenciam até os dias de hoje. Quem nos ajuda nessa compreensão é o escritor indígena Ailton Krenak, quando ele fala sobre a impossibilidade de escrever uma História dos Índios no Brasil:

Então, como que eu posso achar que estou tratando com vocês hoje da história dos índios no Brasil, se a maioria do tempo eu estou referenciando a minha fala em eventos onde os índios não tiveram nenhum protagonismo, e em eventos onde os índios quando aparecem, aparecem somente como vultos assim lá no fundo do quintal; nas clareiras mais remotas? Eu particularmente tenho uma percepção dessa coisa, do cenário da História de que nós os povos indígenas, nós passamos ao longo da História tocando os grandes vultos da História. Os grandes vultos da História ocupam a cena e nós os tocamos. Ficamos de tocaia. Por quê? (KRENAK, 2012, p. 126)

Dessa forma, entendemos que a escrita da História que trataram dos povos indígenas no Pará no início do século XX, os coloca como sujeitos escondidos, cuja posição desses indígenas é pacífica e destinada a submissão do colonizador. O que Krenak nos mostra é que os historiadores não escreveram a história dos indígenas, Theodoro Braga que está em questão é um exemplo disso, assim como Arthur Vianna, que retiraram o protagonismo indígena e de sua resistência em suas narrativas, portanto é clara a ausência de ação histórica dos sujeitos indígenas nas palavras de Vianna e Braga.

5 Considerações finais

Com o interesse de confrontar essa escrita inicial da história indigenista paraense, chegamos ao final deste trabalho evidenciando a fala do indígena historiador Daniel Munduruku, de etnia que faz parte do contexto amazônico. Este autor que escreve sobre o cotidiano indígena pretende desconstruir para os leitores a ideia que ainda se encontra sobre esses povos – sujeitos inocentes e sem qualquer protagonismo – na fala a seguir, o autor expressa essa questão:

Gosto de pensar que estou ajudando o Brasil a olhar para os povos indígenas sem o crivo dos estereótipos, sem a venda da ignorância, porque isso ajudaria todos nós a termos uma ideia mais objetiva do nosso processo histórico, colocando os povos indígenas nos lugares onde eles escolhem, ou seja, como seres humanos, portanto, cheios de problemas, de dificuldades, com tentativas de responder às angústias da existência, com a possibilidade de serem pessoas violentas, ciumentas, raivosas, como todo ser humano. (CERNICCHIARO; MUNDURUKU, 2017, p. 18)

Portanto, é claro na fala de Munduruku que esse protagonismo desvirtuado pelos autores ligados à uma elite econômica e intelectual, como Arthur Vianna e Theodoro Braga no Pará, no processo de escrita desvela um preconceito do pensamento ao tratar de vários povos ao mesmo tempo sem que esses estejam concretamente participando do processo histórico, como sujeitos de ação histórica, ou seja, é uma forma de ocultar do processo temporal e do espaço as populações indígenas.

Ainda hoje, é necessário que os professores e aqueles ligados ao espaço escolar contribuam para a disseminação do respeito e do conhecimento sobre os indígenas, efetivando de vez a lei 11.645/08 que prevê a obrigatoriedade do ensino da história e cultura indígena, combatendo, assim, os estereótipos e preconceitos em relação aos indígenas que ainda no século XXI estão enraizados na sociedade brasileira. Entendemos que uma análise dos primeiros livros didáticos publicados no Pará nos ajudam a problematizar como foi formulado o local dos indígenas na história do Brasil.

Referências

Fontes – livros didáticos

BRAGA, Theodoro. **Apostilas de História do Pará**. Belém: Imprensa Oficial, 1915.

VIANNA, Arthur. **Pontos de História do Pará**. Belém: Empresa Graphica Amazonia, 1919.

Bibliografia

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. **Fronteiras**, Dourados, MS, v. 10, n. 17, p. 55-67, jan./jun. 2008.

BITTENCOURT, Circe. “Livros didáticos entre textos e imagens.” In: BITTENCOURT, Circe. (org.). **O saber histórico na sala de aula**. 12 ed. São Paulo: Contexto, 2013. Krenak

CARDOSO, Wanessa Carla Rodrigues. “**Alma e coração**”: o instituto histórico e geográfico do Pará e a constituição do corpus disciplinar da história escolar no Pará republicano (1900-1920). Dissertação de Mestrado / PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO-PPGED. Universidade Federal do Pará: Belém, 2013.

CARDOSO, Wanessa Carla Rodrigues; ROCHA, Genylton Odilon Rêgo. Construtores da nação: os intelectuais do IHGP e os manuais didáticos no Pará Republicano (1900-1920). **Anais da XII Jornada Histedbr e X Seminário de Dezembro**. Caxias-Ma: Histedbr/ Cesc, 2014, pp. 2286-2303.

CERNICCHIARO, Ana Carolina. Daniel Munduruku, literatura para desentortar o Brasil. **Crítica Cultural – Critic**, Palhoça, SC, v. 12, n. 1, p. 15-24, jan./jun. 2017.

CHOPPIN, Alain. O manual escolar: uma falsa evidência histórica. **História da Educação**. ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 13, n. 27 p. 9-75, jan/abr 2009.

COELHO, Geraldo Mártires. *No coração do povo*: monumento à República em Belém (1891-1897). Belém: Paka-Tatu, 2002.

COSTA, Mayco Bruno Cruz; NETO, Geraldo Magella de Menezes. Livros escolares e provas de “Portuguez”. Formação civilizadora na instrução pública do Pará (1898-1912). **Revista Latino-Americana de História**. Vol. 5, nº 15 – Julho de 2016.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. A memória modernista do tempo do Rei: narrativas das guerras napoleônicas e do Grão Pará nos tempos do Brasil – Reino (1808-1831). **Revista do Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro**. v.1, n. 2, 2008.

GUIMARÃES, Manoel Luis Lima Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. **Revista Estudos Históricas**, Rio de Janeiro, n.1, 1988.

KRENAK, Ailton. História indígena e o eterno retorno do encontro. In: LIMA, Pablo (org.). **Fontes e reflexões para o ensino de História indígena e afro-brasileira: uma contribuição da área de História do PIBID/ FaE/UFMG**. Belo Horizonte: UFMG, 2012, pp. 114-132.

RICCI, Magda. Os primeiros livros didáticos republicanos de História do Pará: O patriotismo e a construção da memória. In: HENRIQUE, Márcio Couto. (Org.) **Diálogos entre História e educação**. Belém: Editora Açaí, 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, pp. 129-175.

VARNHAGEM, Adolf. Dos índios do Brazil em geral. In: *História Geral do Brasil*. 1877. pp. 13-23.